

ATA DA REUNIÃO DE 28.04.2017 (PÚBLICA)

ATA N.º 9/2017

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Joaquim Francisco da Silva Sardinha, na ausência do Presidente da Câmara, Hélder António Guerra de Sousa Silva, estando presentes os Vereadores Renato Alves dos Santos, em substituição de Elísio Costa Santos Summavielle, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Eduardo Manuel Silva Santos Baptista, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Estiveram ausentes o Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, e o Vereador Elísio Costa Santos Summavielle, cujas faltas a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento “Adega Bar 1987” de Maria de Fátima Nunes Mano da Silva, até às 3:00 h; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Componente de Apoio à Família – alargamento do horário do prolongamento da manhã; **2.2.** Componente de Apoio à Família – cobrança por atrasos na recolha de crianças; **2.3.** Comparticipações Familiares da Componente de Apoio à Família – definição dos valores mensais para o ano letivo de 2017/2018; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA. -----**

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. -----

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

7
--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- **1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA:** -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas, conforme listagem em anexo (anexo I). -----

--- **2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Vice-Presidente deu conhecimento dos eventos realizados no concelho: no dia 21 de abril, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, a abertura do espaço GO e da Feira das Profissões, integrada nas Jornadas da Juventude; nos dias 22 e 23 de abril, no Mercado Municipal da Ericeira, a Mostra Gastronómica da Raia; no dia 22 de abril, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, a abertura da exposição fotográfica da Catequese de Mafra, no âmbito do tricentenário do Real Edifício de Mafra, bem como a comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios com visita guiada à Aldeia-Museu de José Franco, seguida de modelação de uma peça de figurado, e, ainda, a atividade "Descobrir o Forte do Zambujal através do *Geocaching*"; no dia 23 de abril, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, o Ciclo de Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra, com o concerto pela Sociedade Recreativa e Musical de Vila Franca do Rosário; no dia 25 de abril, o encontro "Mafra Foot" no Clube Desportivo de Mafra. -----

--- Informou que, desde o dia 24 de abril, são disponibilizados na Loja do Cidadão de Mafra os seguintes serviços da "Via Verde": alterações contratuais (morada, contactos, extratos, nome e morada individual dos contratos); alterações ao ID (matrícula e modelo); adesão, alteração e recuperação de senhas pessoais; validação de conteúdos do centro de mensagens da área de cliente; exposições e reclamações; viagens & vantagens (adesão, consulta, agendamentos de programas); acesso ao portal de pagamento de portagens; registo no *site* VVP - Via Verde Portugal (cliente); registo no *site* VVP - Via Verde Portugal (não cliente); recuperação de palavra-passe e, por último, serviços da área pessoal. ----- Mais

informou sobre os próximos eventos que decorrerão no Concelho de Mafra: no dia 29 de abril, pelas 16h30, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, a abertura da exposição coletiva "Oceano – Mar é Vida" e a apresentação do projeto da Associação

ATA DA REUNIÃO DE 28.04.2017 (PÚBLICA)

David Melgueiro/ Expedição Marborealis; de 29 de abril a 1 de maio, com sessão de encerramento no dia 1 de maio, às 16h00, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, o 1.º Acampamento de Escu(o)teiros do Concelho de Mafra; no dia 29 de abril, pelas 15h00, o encontro "Mafra Foot" nas instalações do Atlético Clube da Malveira e, pelas 21h00, a visita noturna à Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, no âmbito do tricentenário do Real Edifício de Mafra; nos dias 30 de abril e 1 de maio, no Largo de S. Sebastião, Ericeira, a Feira da Bagageira; no dia 3 de maio, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, o *Business Bootcamp*; no dia 5 de maio, pelas 21h30, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Música Jazz de Mafra, com a atuação de Moisés Standard Trio; no dia 6 de maio, pelas 18h00, no Palácio Nacional de Mafra e Refeitório dos Frades, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra, a representação teatral "Memorial do Convento", seguida de um jantar com Sopa de Pedra; no dia 7 de maio, pelas 16h00, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, o concerto a seis órgãos; no dia 9 de maio, pelas 21h00, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, no âmbito das comemorações do referido tricentenário, o Dia da Europa, com o concerto a seis órgãos; de 12 a 21 de maio, o 2.º Festival Gastronómico do Polvo, nos restaurantes aderentes; nos dias 13 e 14 de maio, no Mercado Municipal da Ericeira, o *show cooking* de polvo. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- Interveio o Vereador Eduardo Baptista, verificando que, no Concelho de Mafra, não foi dada importância ao 25 de Abril enquanto o marco mais importante da história contemporânea do país. Na sua opinião, a Câmara Municipal, como órgão do Poder Local e representante da população, deveria dar mais importância a esta data que tem um significado muito relevante para todos os eleitos locais. De seguida, leu um documento em homenagem ao 25 de Abril, o qual se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo II). -----

--- Dado que foi noticiado recentemente que um incêndio consumiu parte das instalações da Tratolixo em Trajouce, solicitou informações, incluindo sobre a situação financeira da empresa. Reportando-se ao relatório de 2014 da Tratolixo, disse que a empresa estava endividada, tendo a CDU apelado a que fosse renegociada a dívida,

assim como fosse revisto o processo de tratamento de lixos, na medida em que, na altura, cada tonelada custava € 58,00 enquanto que para os municípios integrados na Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. era de € 21,00. -----

--- Pronunciou-se, ainda, sobre uma notícia recente sobre um estudo realizado pelo Observatório Europeu de Mobilidade, onde se conclui que os transportes públicos não respondem à maioria dos portugueses; que os portugueses gastam em média mais de oito horas por semana nas deslocações para o trabalho e são os menos satisfeitos com os investimentos feitos nos transportes coletivos na Europa; cerca de dois terços da população portuguesa considera que o investimento público na rede rodoviária e ferroviária é insuficiente e a estes dados acresce que 83% dos portugueses inquiridos referem a falta de um único título de transporte, questão abordada nesta reunião de Câmara, tendo sido aprovada, por unanimidade, a proposta de criação do passe intermodal para a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Disse, ainda, que este estudo refere que só na AML existem mais de 2.000 títulos de transporte e o Passe Intermodal, o (L123), não abrange todo o território, situação que é agravada por várias empresas concessionárias não estarem integradas no passe social. Mais disse que, apesar das 18 das Assembleias Municipais da AML terem aprovado uma proposta de alargamento do passe intermodal a todos os transportes coletivos da área geográfica da AML, esta acabou por ser travada na Assembleia da República com os votos contra do PSD, do PS e a abstenção do BE. Referindo-se novamente ao mesmo estudo, declarou que as empresas públicas de transporte são as que recebem uma menor percentagem de subsídios públicos em Portugal relativamente às receitas totais. Assim, concluiu que se está perante uma visão economicista dos transportes públicos, um serviço que é fundamental para a mobilidade das populações do país e que não está a ser acarinhado como devia pelas entidades responsáveis. Acrescentou que, não sendo a Câmara Municipal a entidade responsável, tem obrigação de velar pelos interesses das populações que representa, apelando para que seja dado seguimento à aprovação, por unanimidade, da proposta de criação do passe intermodal. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço perguntou se existia alguma informação relativamente às necessárias obras no porto de pesca da Ericeira. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

ATA DA REUNIÃO DE 28.04.2017 (PÚBLICA)

--- O Vereador Sérgio Santos pronunciou-se sobre obras que estão a decorrer ao fins de semana e feriados. Acrescentou que, na sua perspetiva, não é adequado que se acentue a vinda, a esta reunião, de propostas de atribuição de subsídios a associações, como tem acontecido nos últimos tempos. -----

--- De seguida, fez referência a obras que se encontram a decorrer no passeio junto à estrada que liga a Venda do Pinheiro à Malveira. Questionou quem é a entidade responsável pelas mesmas, uma vez que, para além de se verificar uma deficiente sinalização para os peões e para a circulação automóvel, não existe uma placa identificativa. -----

--- O Vereador Sérgio Santos requereu que fosse enviada, a todos os Vereadores, a planificação das obras. Questionou que passos já foram dados para o desenvolvimento da Linha do Oeste, no seguimento da proposta apresentada pelo PS para a criação da Comissão deste Executivo. -----

--- Por último, salientou que as comemorações do 25 de Abril não podem ser segmentadas, porque são de todos, incluindo dos eleitos locais, porque este trouxe a liberdade às populações de se apresentarem a votos e de escolherem os seus representantes. Também foi o 25 de Abril que trouxe o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública ou a segurança social, sendo que muito também se deve logo ao pós 25 de Abril e ao PS, nomeadamente a Mário Soares que consolidou a democracia. Quanto às comemorações em Mafra, disse que "só perde quem desiste de lutar" e, por isso, declarou que nunca irá desistir de lutar para que estas comemorações sejam realizadas. -----

--- **DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Vice-Presidente respondeu que as empreitadas tem um prazo de execução, mas que os empreiteiros é que são responsáveis pelo planeamento dos trabalhos. -----

--- Fez notar que não consta, na ordem de trabalhos desta reunião, nenhuma proposta de atribuição de subsídios. -----

--- Sobre as obras que estão a ocorrer no passeio, no sentido Malveira/ Venda do Pinheiro, informou que irá averiguar sobre as mesmas. -----

--- Pronunciando-se sobre a Tratulixo, informou da existência de um incêndio na zona

do parque dos verdes das instalações de Trajouce, verificando-se dificuldade em controlá-lo em virtude da sua combustão ser lenta. Quanto à situação financeira da empresa, lembrou que o assunto já foi apresentado em reunião de Câmara. Explicou que o processo de tratamento realizado pela Valorsul é diferente do implementado pela Tratolixo, além do que tiveram acesso a financiamento na construção de infraestruturas. Informou que os Municípios que integram a AMTRES tiveram uma reunião com o Ministro da tutela, a fim de o sensibilizar para a necessidade de candidaturas para apoio a investimentos nesta área, salientando que o sistema implementado nestes municípios, ao contrário de outros, está em linha com as orientações europeias relativamente à gestão dos resíduos urbanos. -----

--- Relativamente à questão dos transportes públicos, declarou que o assunto está a ser tratado no âmbito da Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

--- Quanto à Linha do Oeste, informou que prevê que, na próxima quinzena, seja marcada uma reunião, já solicitada, com a REFER. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador manifestou desconhecimento quanto aos relatórios da Tratolixo posteriores a 2014. Pronunciando-se sobre o incêndio, referiu que este veio a reduzir o volume dos lixos acumulados em Trajouce, na sequência do não funcionamento da unidade mecânica de triagem. Em relação aos custos, declarou que os munícipes dos Concelhos de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra estão a pagar acima do que deviam pagar, pelo que urge rever o que influencia este custo.-----

--- Em relação aos transportes, declarou que aguardará pela realização da reunião, apelando a que a Câmara Municipal de Mafra exija, nomeadamente junto da Entidade Metropolitana de Transportes, as diligências necessárias para a realização do problema.

--- **DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Vice-Presidente explicou que Tratolixo passou por um Plano Especial de Recuperação (PER) e que a renegociação desta dívida está neste momento concluída, totalizando cerca de 153 milhões de euros. Explicou que, para o adequado tratamento dos resíduos, foram realizados investimentos em infraestruturas, nomeadamente no novo aterro na Abrunheira com células de confinamento técnico, encontrando-se a decorrer um processo de concurso de um sistema de tratamento de triagem que já está financiado em 85% e cujo investimento são 29 milhões de euros. Por último, afirmou que tem vindo a acompanhar a gestão da Tratolixo, como representante do Município na direção da AMTRES e que, todos os anos, têm vindo a este Executivo a

ATA DA REUNIÃO DE 28.04.2017 (PÚBLICA)

demonstração de resultados e os planos de atividades tanto desta associação, como da TratoLixo. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- No uso da palavra, o Vereador Sérgio Santos aditou que solicitou a planificação das obras no Concelho de Mafra, explicando que o seu pedido decorreu do facto de, na Assembleia da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcaíça, o Presidente do Executivo ter referido que a obra do passeio era daquela União das Freguesias e da Câmara. -----

--- Considerando que a próxima segunda-feira é dia 1 de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, saudou todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Mafra, de Portugal e do mundo, salientando que se não dignificarem estes trabalhadores, então não são dignos de ser autarcas. Neste contexto, apelou para que, a partir do dia 1 de Maio, se planeasse o fim dos Programas Operacionais (POC) e dos recibos verdes neste Concelho. -----

--- **DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Vice-Presidente associou-se à saudação do 1.º de Maio. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista declarou que também se associava. -----

--- **II – ORDEM DO DIA:** -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ---

--- **1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS:** -----

--- **1.1. ATA:** -----

--- Presente a ata n.º 7/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 31 de março de 2017. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 7/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 31 de março de 2017. -----

--- **ATENDIMENTO AO PÚBLICO:** -----

7

--- Quando eram dez horas e trinta minutos, procedeu-se ao atendimento do público, tendo-se verificado as presenças dos munícipes Joaquim Monteiro Proença, com residência na Rua do Rossio, n.º 10, Sobreira, Milharado, acompanhado do Tenente Coronel António Fonseca, e José Vitorino Lopes Bacalhau, residente na Estrada da Mangancha, Casal da Mangancha, Santo Isidoro. -----

--- Interveio, em primeiro lugar, o Senhor António Fonseca, em nome do Senhor Joaquim Monteiro Proença, apelando para que se efetuasse a ligação da Rua do Rossio, com cerca de 200 metros, à Estrada Municipal, a qual, segundo consta, está programada e planeada já há algum tempo, a fim de que possa servir diretamente as casas que se encontram na margem direita da ribeira que por ali passa. Falou, ainda, sobre a questão do saneamento, não estando a maioria das casas ligadas ao coletor. Manifestou, ainda, preocupação quanto à existência de mosquitos e maus cheiros no verão. Por último, manifestou a sua preocupação quanto à falta de limpeza de matos e ervas existentes num baldio. -----

--- O Vice-Presidente informou que os assuntos expostos serão objeto de análise. -----

--- No uso da palavra, o Senhor José Vitorino Lopes Bacalhau, residente na Estrada da Mangancha, Casal da Mangancha, Santo Isidoro, manifestou o seu descontentamento pelo facto de ter sido autorizada a construção e exploração de uma suinicultura que dista a pouco metros da sua casa de habitação, provocando maus cheiros e ruídos a partir das 06h30, situação que vem sendo reclamada, sem que tenha sido dado provimento. Disse pretender uma decisão rápida a este problema, com o encerramento do pavilhão e a limpeza do mato que se encontra junto ao seu muro. -----

--- O Vice-Presidente respondeu que o assunto será objeto de análise.-----

--- Terminado este assunto e não havendo mais público para intervir, retomou-se a reunião para dar seguimento aos pontos da ordem do dia.-----

--- 1.2. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO "ADEGA BAR 1987", DE MARIA DE FÁTIMA NUNES MANO DA SILVA, ATÉ ÀS 3:00 HORAS: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2017/6151, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão e Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, ambos de 21/04/2017, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datado de 24/04/2017 (anexo III). -----

ATA DA REUNIÃO DE 28.04.2017 (PÚBLICA)

--- Considerando a informação supra referida, que se encontra em anexo, cujo parecer recepcionado da Guarda Nacional Republicana - Destacamento Territorial de Mafra refere: "(...) é Parecer deste Comando que o horário de funcionamento do estabelecimento não deve ser alargado", a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, da Vereadora Antonieta Lourenço do PS, do Vereador Eduardo Baptista da CDU e do Senhor Vice-Presidente e as abstenções dos Vereadores Sérgio Santos e Renato Santos do PS, que é sua intenção indeferir o pedido de alargamento do horário de funcionamento até às 3:00 horas. Mais deliberou, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, fixar em 10 dias o prazo para audiência prévia do interessado, que deve ser exercido por escrito.-----

--- Deliberou, ainda, que, caso não seja exercido o direito de audiência prévia, o presente projeto de decisão se converterá em decisão definitiva, dispensando nova pronúncia por parte do órgão executivo. -----

--- **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO:** -----

--- **2.1. COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - ALARGAMENTO DO HORÁRIO DO PROLONGAMENTO DA MANHÃ:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/ 5879, elaborada em 12 de abril de 2017, na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 21 de abril corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado na mesma data (anexo IV). -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico

da Rede Pública do Município de Maфра, aprovar o alargamento do horário do prolongamento da manhã, das 7h30 às 8h00. Mais deliberou, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o pagamento da respetiva comparticipação familiar no valor de € 10,00 (dez euros), por mês, pela inscrição no mesmo, e de € 2,00 (dois euros), por dia, caso os Encarregados de Educação pretendam que a criança/ aluno usufrua do serviço em determinado(s) dia(s) da semana, mediante comunicação prévia, até às 12h00 do dia útil imediatamente anterior ao pretendido. -----

--- 2.2. COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - COBRANÇA POR ATRASOS NA RECOLHA DE CRIANÇAS: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/ 5834, elaborada em 12 de abril de 2017, na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 21 de abril corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado na mesma data (anexo V). -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço declarou que, na sua opinião, não estava em causa o valor praticado pela cobrança de atrasos verificados na recolha das crianças, tendo em consideração que esta cobrança se destina a situações pontuais, sendo que muitos destes atrasos correspondem a períodos em que alguns dos encarregados de educação vão tratar de outros assuntos antes de irem buscar os seus filhos, criando dificuldades na gestão dos recursos humanos das escolas. -----

--- Interveio, de seguida, o Vereador Eduardo Baptista, questionando a razão pela qual se verificam atrasos constantes por parte dos pais, sabendo que muitos deles trabalham fora do Concelho e têm dificuldade no cumprimento dos horários devido a imposições laborais, situação que, na sua opinião, deve ser tida em consideração. Alertou, ainda, para os casos em que esta cobrança poderá prejudicar a situação económica das famílias, a qual deve ser considerada. -----

--- No uso da palavra, o Vereador Sérgio Santos declarou que, à semelhança do que se passou no ano transato, discorda da cobrança destes valores, porque considera que a metodologia aplicada não é a mais correta. Justificando o seu sentido de voto, referiu que cada caso é um caso e não se pode comparar o que não é comparável, quando este método trata todas as famílias da mesma forma; desconhece-se a razão do seu atraso; se a família tem condições económicas para pagar € 2,09/dia, no caso de

ATA DA REUNIÃO DE 28.04.2017 (PÚBLICA)

alunos do 1.º ciclo, ou € 4,93/ dia, no caso de crianças da educação pré-escolar; além do que não se considera a estatística do ano passado. Na sua opinião, devia existir uma análise dos casos daqueles que se atrasaram e dos respetivos motivos. Mais referiu discordar que o valor a cobrar seja aplicado ao dia, além do que se deveria considerar aqueles que prevaricam apenas uma vez ou os que são reincidentes. -----

--- O Vice-Presidente referiu que existem atitudes reiteradas de atraso, sendo algumas delas causadas pelos próprios pais, tal como a Vereadora Antonieta Mendes explanou. Por outro lado, lembrou que a Câmara Municipal disponibiliza o serviço de prolongamento de horário no âmbito da Componente de Apoio à Família, pelo que os encarregados de educação poderão fazer antecipadamente esta opção, a qual permite à Câmara Municipal fazer, com a devida antecedência, o adequado planeamento dos recursos humanos. -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes corroborou as palavras do Vice-Presidente, acrescentando que esta penalização é uma forma de dissuasão e que, apesar do número de atrasos felizmente ser residual, os pais têm também de ter a consciência de que existem regras e do impacto que esta prevaricação tem no funcionamento do estabelecimento de ensino e no próprio bem-estar da criança. Explicou que, quando a criança está previamente inscrita no prolongamento de horário, esta é desde logo encaminhada para as atividades, sendo que, quando tal não acontece, esta terá de ficar à espera durante um tempo incerto. Portanto, se os encarregados de educação sabem antecipadamente que os seus horários de trabalho não se coadunam com os horários de recolha das crianças, deverão considerar opções alternativas, como é o caso do prolongamento de horário. Pronunciando-se sobre as famílias em situação financeira desfavorável, lembrou que os valores pagos no âmbito da Componente de Apoio à Família são indexados aos escalões. -----

--- O Vice-Presidente aditou que, dos 6.000 alunos existentes entre o ensino pré-escolar e o 1.º ciclo, contabilizam-se 11 casos de atrasos por dia. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista interveio, afirmando que se, por um lado, compreende as razões que motivam a sua cobrança, por outro, não vê contemplada na proposta qualquer exceção para os 11 casos referenciados, os quais poderão,



eventualmente, não ser da culpa dos próprios pais. Portanto, na sua opinião, é preciso diferenciar aqueles que se atrasam sistematicamente daqueles cujo atraso decorre do seu horário de trabalho ou da distância à escola. -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes clarificou que, mesmo para aqueles que não pretendam fazer a inscrição no prolongamento de horário, poderão contratualizar pontualmente o serviço, por exemplo num determinado dia, em função do seu horário laboral. Tal situação permitirá organizar, atempadamente, as atividades de ocupação de tempos livres das crianças, que constituem a maior preocupação. -----

--- O Vereador Sérgio Santos acrescentou que o bom é inimigo do ótimo, pelo que, partilhando do argumento do superior interesse da criança que foi explanado pela Vereadora, sugeriu que se aprovasse uma proposta alternativa: criar uma carência máxima de três dias de atraso por ano letivo, sem cobrança de penalização. Por último, fez menção à necessidade de que a documentação apresentada em reunião de Câmara seja complementada com a estatística de anos anteriores. -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes discordou, declarando que a existência de uma regra tem um efeito pedagógico: se for transmitido aos encarregados de educação que poderão, de forma inopinada, atrasar-se três vezes por ano, então o número de atrasos irá globalmente aumentar e a gestão escolar será seriamente dificultada, uma vez que os trabalhadores terão de tomar conta destas crianças e não poderão, por exemplo, assegurar os serviços de transporte escolar ou de limpeza diária do estabelecimento de ensino. Finalmente, no que diz respeito às situações de famílias com carência económica, lembrou que tais situações são sempre avaliadas pelos serviços de Ação Social. -----

--- O Vereador Sérgio Santos acrescentou que aos encarregados de educação poderia ser solicitado que justificassem o seu atraso, o que daria credibilidade ao processo. Disse que, na sua opinião, não se pode tratar todos de maneira igual, situação que está a acontecer atualmente. Por fim, questionou sobre qual a metodologia aplicada por esta Câmara Municipal para situações em que não se verifica o pagamento por estes atrasos. -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes informou que, neste caso e após realizadas as devidas diligências, o processo iria para execução fiscal. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, da Vereadora Antonieta Lourenço do PS e do Senhor

ATA DA REUNIÃO DE 28.04.2017 (PÚBLICA)

Vice-Presidente, o voto contra do Vereador Sérgio Santos do PS e as abstenções dos Vereadores Renato Santos do PS e Eduardo Baptista da CDU, aprovar, ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra, a cobrança do montante de € 4,93/dia (quatro euros e noventa e três cêntimos), pelos atrasos na recolha das crianças da educação pré-escolar, e do montante de € 2,09/dia (dois euros e nove cêntimos), no caso de atraso na recolha de alunos do 1.º ciclo do ensino básico, após o decurso de 15 (quinze) minutos sobre o término do horário definido para as atividades letivas. O Vereador Eduardo Baptista apresentou a seguinte declaração de voto verbal: *"Abstive-me nesta votação porque, apesar das explicações que me deram e de ser compreensível a proposta apresentada, a mesma não cobre muitas das situações que são de injustiça para os pais que são penalizados quando não têm culpa."* -----

--- 2.3. COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - DEFINIÇÃO DOS VALORES MENSAIS PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/5832, elaborada em 12 de abril de 2017, na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 21 de abril corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado na mesma data (anexo VI). -----

--- O Vereador Eduardo Baptista declarou que também aqui não via contempladas situações de famílias com rendimentos mais baixos. Sugeriu que a tabela apresentada poderia penalizar mais as famílias com maiores rendimentos e beneficiar as famílias com menores rendimentos. -----

--- O Vice-Presidente elucidou que a atualização da comparticipação familiar na educação pré-escolar é efetuada anualmente, com base no valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), e no caso 1.º ciclo esta decorre da evolução do IPC. Esclareceu que o valor da comparticipação na educação pré-escolar é indexado ao

rendimento *per capita* do agregado familiar. No 1.º ciclo, e nas situações de carência socioeconómica comprovada, as famílias poderão ser apoiadas, de acordo com o regulamento existente. -----

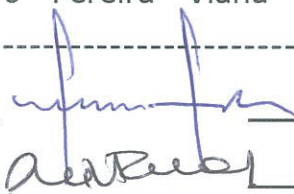
--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, do PS e do Senhor Vice-Presidente e o voto contra do Vereador Eduardo Baptista da CDU, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a atualização do valor das participações familiares dos serviços da Componente de Apoio à Família, nos Jardins-de-Infância e Escolas Básicas do 1.º Ciclo (prolongamento de horário e atividades nas interrupções letivas) para o ano letivo de 2017/2018, em conformidade com os montantes fixados na referida informação. -----

--- **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram onze horas e trinta minutos, o Vice-Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

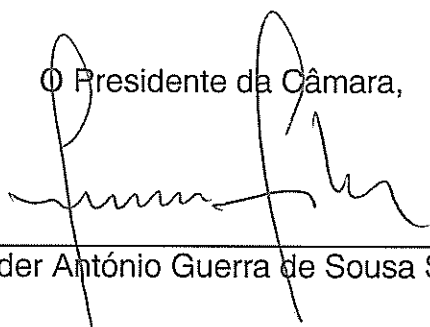
69

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período 6 a 19 de abril de 2017.

Mafra, 20 de abril de 2017.

O Presidente da Câmara,



(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

Anexo I

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	289/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/02/10	2017/04/07	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS DA FREGUESIA DA ENCARNAÇÃO	AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS RUA BELA VISTA, 30-ENCARNAÇÃO
OP	262/2015	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/03/10	2017/04/11	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CARLOS MANUEL DOS SANTOS BATALHA	DEMOLIÇÃO E ALTERAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE E LEGALIZAÇÃO DE ANEXOS DE APOIO AGRÍCOLA RUA DA VARZINHA, N.º 10-CACHOEIRA
OP	240/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/03/23	2017/04/17	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	COPREL-COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA	ALTERAÇÕES DE EDIFÍCIO COM MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO DE ARMAZÉM PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS A-DA-PERRA
OP	113/2015	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/02/17	2017/04/11	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DIONISIO GOMES RAMOS	LEGALIZAÇÃO DE GARAGEM R DAS ROSAS, N.º 38-PICANCEIRA
OP	348/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/03/08	2017/04/06	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	FIRMINO BERNARDINO ALVES	LEGALIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO SUPERFICIAL DE APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS RUA VIA CAMPINAS, N.º 14 - JEROMELO
OP	326/2010	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/03/24	2017/04/19	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	HUGO ALEXANDRE PEREIRA FAUSTINO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS TERRA DO CAMPINA-JEROMELO
OP	337/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/03/22	2017/04/06	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JORGE BRUNO CAETANO LOURO	RECONSTRUÇÃO DE ADEGA VALVERDE
OP	217/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/03/22	2017/04/06	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JORGE HUMBERTO MARIANO MOTA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, MUROS E LEGALIZAÇÃO DE ANEXOS CASAL DOS POISOS-JEROMELO
OP	14/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/03/23	2017/04/12	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MAFALDA ISABEL HENRIQUES BAIRREIRA	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR COM GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO RUA DA ATALAIA DO GUIÃO- SOBRAL DA ABELHEIRA
OP	297/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/03/31	2017/04/10	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA HELENA DE AZEVEDO SILVA ANTUNES	AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR TV DA CASA VELHA-ALCAINÇA
OP	27/2015	ALTERAÇÕES	2017/03/20	2017/04/11	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	NANCY MICHELLE COTE	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DOS DESCOBRIMENTOS, N.º 11-ERICETIRA
OP	43/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/03/16	2017/04/17	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	PÓ DE PALCO, LDA	LEGALIZAÇÃO DE PISCINA RUA DO ROSMANINHO, N.º 1-OUTEIRINHO





25 de Abril de 2017

A Câmara Municipal de Mafra não tem dado a atenção que a revolução do 25 de Abril de 1974 nos deve merecer porque é graças a esse "ato maior", marco mais importante da história contemporânea do nosso país, como referimos na Assembleia da República, que existe este Poder Local, esta Câmara Municipal de Mafra, por vontade das populações.

Defender Abril, recordar os que lutaram e lutam pela liberdade e democracia

O 25 de Abril de 1974 foi o dia da vitória dos democratas e antifascistas que durante 48 anos afrontaram um regime ditatorial que serviu os interesses de uma minoria exploradora que se mantinha no poder.

O 25 de Abril, não foi um acontecimento de geração espontânea, foi o culminar de um processo de anos e anos de luta, que envolveu muitos democratas, e que teve sempre na linha da frente os comunistas que, desde sempre enfrentaram a violenta repressão fascista.

Comemorar o 25 de Abril é também homenagear os que lutaram enfrentando a ditadura e tal como é homenagear os militares de Abril que desencadearam os acontecimentos que, em conjugação de vontades com o Povo, promoveram as transformações e consolidaram a liberdade no nosso país.

Comemorar Abril é saudar a coragem de tantas mulheres e homens, que lutaram por direitos, nos campos, nas fábricas, nos locais de trabalho, nas escolas, e em tantas ações que convergiram no 25 de Abril de 1974 e na aliança Povo / MFA.

Comemorar Abril, hoje e sempre, é preservar a memória gravada na modesta lápide colocada no jardim em frente ao Convento de Mafra e mostrar a permanente gratidão aos cidadãos que, neste Concelho, nos anos negros da ditadura, resistiram e lutaram para que Portugal alcançasse a democracia e a liberdade como foi feito na cerimónia realizada no 40º aniversário do 25 de Abril de 1974 pelo Movimento Unitário de Democratas e Antifascistas de Mafra.

Comemorar Abril é impedir o apagamento da memória e o branqueamento do fascismo, é trabalhar no presente para acautelar o futuro, tanto em Mafra como em todo o país.

O 25 de Abril foi há 43 anos. Muitas pessoas que então participaram nessa explosão de alegria que se manifestou nas ruas e consolidou a Revolução, já não estão connosco em vida. Contudo, todos os anos se repete, como no passado dia 25, por todo o país, muitos milhares de pessoas, na maioria jovens que apesar de não terem vivido esses exaltantes dias de 1974, e menos ainda a repressão dos tempos de fascismo, vêm para a rua comemorar

anexo II

esta data que nos trouxe a liberdade, a esperança da paz, do desenvolvimento, do progresso e da justiça a que temos direito.

Estas comemorações e manifestações são hoje de uma importância e significado especiais por vivermos, num mundo que é palco de acontecimentos dramáticos de crescimento do belicismo, de guerras que sacrificam povos, de ameaças de movimentos fascistas e que preocupam todos os democratas e pessoas conscientes.

Hoje como no passado temos o dever de resistir, de lutar pela liberdade ameaçada, pelo aprofundamento da democracia e por maior justiça social.

Ao 25 de Abril devemos um país mais justo e solidário, a liberdade de expressão, o voto popular, os direitos e os valores consagrados na Constituição, a possibilidade de participação na vida da sociedade e, aquilo que a nós muito toca, o Poder Local em íntima ligação às populações.

Com o 25 de Abril construímos a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde, a segurança social, o acesso à justiça, os serviços públicos, que as autarquias têm o dever de defender.

O 25 de Abril foi deste o primeiro dia, uma escola de participação e de iniciativa das populações.

Com o 25 de Abril, o movimento associativo popular encontrou espaço para um enorme crescimento, alargando o seu âmbito de ação à generalidade das pessoas.

Logo após o 25 de Abri, surgiram comissões e associações de moradores, de âmbito social, de reformados, deficientes, juvenis, de estudantes, ambientais, comissões de trabalhadores, de pais, entre muitas outras. De imediato, as Comissões Administrativas das autarquias deram um contributo insubstituível para o apoio às organizações formadas para solução urgente das necessidades das populações. A Organização Popular e o Poder Local fundiram-se num mesmo objetivo de servir o povo, num processo de verdadeira democracia substancial "o governo do povo e para o povo".

Participação foi a palavra-chave para o Poder Local, para a Democracia, para a aprendizagem da intervenção coletiva das pessoas. As Organizações Populares foram, e são, uma escola de democracia, de vida coletiva, de cidadania. Foram a Escola onde se formaram milhares de homens e mulheres que mais tarde viriam a dar continuidade ao trabalho das Autarquias.

Contudo nestas décadas, as constantes alterações às leis, travaram a livre participação dos cidadãos na vida pública. Aumentou a arbitrariedade das decisões, reduziu-se a possibilidade de fiscalização, proliferou a corrupção. Aumentou o descontentamento das pessoas, manifestado entre muitas outras formas pelo aumento da abstenção do voto nas eleições nacionais.

O 25 de Abril de 1974 abriu um caminho de liberdade e progresso mas muito falta percorrer. É urgente prosseguir por uma maior justiça social, repor a produção nacional que nos foi retirada, distribuir melhor a riqueza produzida pelos trabalhadores, combater a precariedade, promover o aumento dos salários, recuperar os direitos perdidos, libertarmo-nos das imposições da União Europeia que só servem os mais ricos. Todos, temos o dever de

defender a independência económica do país, partindo da utilização dos recursos nacionais; recuperando instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento, no plano económico, orçamental e monetário, das relações comerciais e do reforço do sector produtivo e da produção nacional e extirpar flagelos sociais como o desemprego, a pobreza a falta de acesso ao ensino, à cultura e à saúde.

O 25 de Abril de 1974 foi uma vitória do povo contra o regime fascista mas foi uma vitória incompleta relativamente aos interesses do poder financeiro. Os direitos conquistados pelo povo trabalhador continuam a ser atacados. Nestas décadas passadas vimo regressar a exploração, o empobrecimento, a fuga de centenas de milhares de portugueses para o estrangeiro. Vimos a destruição dos serviços públicos, a entrega de bens públicos a privados, a cedências da soberania nacional, tudo isso agravando o nosso empobrecimento económico, social e cultural. As constantes agressões aos valores de Abril travaram a livre participação dos cidadãos na vida pública. Aumentou a arbitrariedade das decisões, reduziu-se a possibilidade de fiscalização dos órgãos, proliferou a corrupção.

As pessoas têm vindo a afastar-se da política manifestando o desinteresse na participação na vida local e aumentando a abstenção do voto nas eleições.

Valores gerados pela Revolução do 25 de Abril estão a ser substituídos por anti valores do individualismo, ausência de solidariedade, pela imposição de critérios puramente economicistas, pela manutenção e consolidação de privilégios pessoais, pela aceitação das desigualdades sociais, das assimetrias do desenvolvimento, pela banalização da corrupção, gerando a descrença na política e nos políticos.

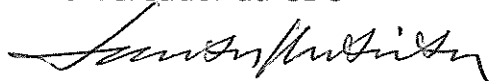
Por tudo isto, comemorar hoje o 25 de Abril é também continuar a luta por um país mais justo e solidário, uma "terra da fraternidade, em que o povo é quem mais ordena".

Sim, é preciso afirmar Abril, defender a Constituição e efetivar o projeto que esta consagra, lutar pelos seus valores. Por isso aqui deixamos em especial às novas gerações, o desafio para levar por diante os sonhos, as aspirações e a luta para defender Abril e o futuro de Portugal.

Viva o 25 de Abril!

Mafra, 28/04/2017

O Vereador da CDU



Eduardo Baptista



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo. Proposto que o
assunto seja remetido
à reunião do Orgão
Executivo.

DESPACHO

2017/04/24

Hfz.

O Vereador,

concordo com a presente
informação.

21/4/2017

A Diretora de Departamento, *Secretaria*

Concordo com a informação
dos serviços.
Submeto à Consideração Superior
21/04/2017

A Chefe de Divisão

[Assinatura]

A reunião

24/04/17

O Presidente da Câmara,

[Assinatura]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/6151

ASSUNTO: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO "ADEGA BAR 1987", SITO NA ERICEIRA, ATÉ ÀS 03:00 HORAS

Relativamente ao assunto em epígrafe, informo o seguinte:

- Em 05-04-2017, a entidade exploradora do estabelecimento de bar denominado "ADEGA BAR 1987" sito em Rua Alves Crespo, n.º 3, na freguesia da Ericeira, solicitou, através do requerimento Entrada/2017/9451, alargamento do horário de funcionamento para abertura às 12:00 horas e encerramento às 03:00 horas com o seguinte fundamento: "Tendo a adega um bom ambiente e um serviço que tem agradado, sentimos a necessidade de existir mais 1 hora de funcionamento, para durante o ano, (sendo no Inverno mais fins de semana) cada época tem o seu encanto – No Verão, todos jantam mais tarde. – No Inverno temos uma lareira que convida a estar sem deixar de cumprir as regras devidas. Mais solicito, se for positivo, início de novo horário esta Páscoa 2017."

[Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

O artigo 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra estabelece que aos estabelecimentos situados em edifícios habitacionais ou a menos de 50 metros de edifícios de uso habitacional, é aplicável o horário de funcionamento compreendido entre as 6 horas e a 1 hora do dia seguinte de domingo a quinta-feira, e entre as 6 horas e as 2 horas do dia seguinte à sexta-feira, sábado e véspera de feriado, em todas as épocas do ano.

De acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do mesmo Regulamento a Câmara Municipal pode, em circunstâncias específicas, nomeadamente ocasiões festivas, alargar temporária e excecionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do presente Regulamento, ouvidos os sindicatos, as forças de segurança territorialmente competentes, as associações de empregadores, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe. Prevê o n.º 2 do mesmo artigo que a prática do horário alargado depende de requerimento do interessado, apresentado nos termos estabelecidos no Código do Procedimento Administrativo, através de formulário próprio, disponibilizado pelos Serviços, do qual deve constar o período de funcionamento pretendido e os fundamentos dessa pretensão. O n.º 3 do referido artigo refere que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos está sujeito ao pagamento de taxa, cujo valor é fixado na Tabela de Taxas do Município de Mafra, em vigor.

O artigo 10.º do citado Regulamento indica que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos, previsto no artigo anterior, dependerá da observância dos seguintes requisitos:

- a) Considerar-se tal medida justificada face aos interesses dos consumidores, nomeadamente quando a mesma venha a suprir carências no abastecimento de bens ou de prestação de serviços, contribua para a animação e revitalização do espaço urbano ou contrarie tendências de desertificação da área em questão;
- b) Situem-se os estabelecimentos em locais onde os interesses de determinadas atividades profissionais o justifiquem, designadamente zonas com forte atração turística ou zonas de espetáculos e/ ou animação cultural;
- c) Sejam rigorosamente respeitados, quer a proteção da segurança dos cidadãos, nomeadamente na via pública, quer os níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, tendo em vista a salvaguarda do direito dos residentes à tranquilidade e ao repouso;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

- d) Sejam respeitadas as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Neste sentido, foram consultadas as seguintes entidades para emissão de parecer no prazo de 8 dias úteis: **DECO** – Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor, **Destacamento Territorial da G.N.R. de Mafra**, **ACISM** – Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra, **STIHTRSS** – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, **Junta de Freguesia da Ericeira** e ao **Serviço de Polícia Municipal**, tendo sido rececionados os seguintes pareceres:

- ✓ **ACISM** – Apresenta parecer favorável;
- ✓ **Junta de Freguesia da Ericeira** – Informa que não vê inconveniente;
- ✓ **DECO** – Considera que na defesa dos interesses dos consumidores, o horário de funcionamento deve ser o mais amplo possível e abranger todos os dias da semana, considerando igualmente que caberá às Câmaras Municipais decidir qual o período de funcionamento dos estabelecimentos;
- ✓ **G.N.R.** – *"Satisfazendo o solicitado, cumpre a esta Força de Segurança apresentar o Parecer para efeitos do alargamento do horário de funcionamento até às 03h00, do estabelecimento acima mencionado:*
 - 1 – *O estabelecimento está inserido em zona residencial;*
 - 2 – *Vem sendo reportado a este Comando diversas ocorrências ao nível do ruído, bem como da afectação da ordem e tranquilidade públicas da área envolvente;*
 - 3 – *O prolongamento excessivo do horário dos estabelecimentos de restauração e bebidas não resulta directamente num claro benefício para os proprietários, na medida em que o consumo existente torna-se proporcionalmente inferior com o passar das horas e ainda é legalmente proibida a venda de bebidas alcoólicas a quem se manifeste notoriamente embriagado.*

Pelos factos elencados, tendo em consideração que o presente Parecer não se reveste num cariz vinculativo, é Parecer deste Comando que o horário de funcionamento do estabelecimento não deve ser alargado."

- ✓ **SPM (Serviço de Polícia Municipal)** – *"Informo que apesar de não existir por parte desta Polícia, conhecimento de queixas ou processos relativos a incomodidade*



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

decorrentes do funcionamento do estabelecimento, o mesmo insere-se em aglomerado urbano, podendo colocar em causa o descanso dos residentes nas proximidades do mesmo.

✓ **STIHRSS** – Não apresentou parecer;

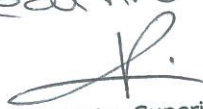
Face ao exposto, submete-se à Consideração Superior, a decisão do alargamento de horário de funcionamento em apreço, em reunião do executivo camarário.

Área de Licenciamentos Diversos, 20 de abril de 2017

A Assistente Técnica


Sónia Jorge

Em conformidade com o plasmado na presente inferenzas, submete-se à consideração superior, a decisão do alargamento de horário de funcionamento em apreço, até às 3:00 horas, em reunião do executivo camarário.


A Técnica Superior
Rita Cosme
À Consideração Superior
20/04/2017



2.1.

70

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****PARECER**

Concordo.
A consideração do ~~exco~~ Seculur
Presidente.

21.04.2017

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o
assunto seja objeto de
deliberações pelo órgão
executivo.

21.04.2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Seuq necessário a fimto
A considero sufer.

21.04.2017

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

21.04.17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/5879

ASSUNTO: Componente de Apoio à Família: alargamento do horário do prolongamento da manhã

A Câmara Municipal de Mafra disponibiliza o serviço de prolongamento de horário, no período da manhã, nos jardins de infância e escolas básicas do 1.º ciclo, gratuitamente, entre as 8h00 e as 9h00.

Desde o ano letivo 2012/2013, em virtude da manifestação de necessidade, por parte dos Encarregados de Educação, de um horário de prolongamento mais alargado neste período, a Câmara Municipal de Mafra tem também disponibilizado o prolongamento de horário da manhã, entre as 7h30 e as 8h00, desde que se cumpra um número mínimo de crianças/ alunos inscritos (cinco) e mediante o pagamento da respetiva participação familiar.

Atualmente usufruem do serviço de prolongamento de horário da manhã, entre as 7h30 e as 8h00, 197 crianças e alunos das Escolas Básicas das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, Dr. Sanches de Brito (Mafra), Santo Estevão das Galés, da



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

Ericeira, n.º 1 da Venda do Pinheiro, Prof. João Dias Agudo (Póvoa da Galega), Hélia Correia (Mafra), Malveira e de São Miguel (Enxara do Bispo) e dos Jardins de Infância da Venda do Pinheiro, do Milharado e de Mafra.

O *Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra* define as normas de funcionamento dos serviços da Componente de Apoio à Família, no entanto é omissa no que se refere ao alargamento do horário do prolongamento da manhã.

Assim, nos termos do artigo 14.º do *Regulamento*, que refere que "os casos omissos serão analisados e decididos pela Câmara Municipal", propõe-se, à semelhança dos anos letivos anteriores:

- a) O alargamento do horário do prolongamento da manhã, de modo a que este se inicie a partir das 7h30, apenas nos estabelecimentos de educação e ensino em que tal se revele necessário e para um número mínimo de cinco crianças/ alunos;
- b) O pagamento, por parte dos encarregados de educação, da comparticipação familiar de 10,00€/mês que corresponde ao período adicional das 7h30 às 8h00;
- c) O pagamento da comparticipação familiar de 2,00€/dia, caso os Encarregados de Educação pretendam que a criança/ aluno usufrua do serviço em determinado(s) dia(s) da semana. Para tal, deverão comunicar previamente, até às 12h00 do dia útil imediatamente anterior ao pretendido.

Mafra, 12 de abril de 2017.

A Técnica Superior

(Patrícia Duarte)

N.º de Inscritos por Estabelecimento de Ensino - PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DA MANHÃ

77

Escalão	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
EB1	104	110	113	118	114	110	107	109
EB1 da Malveira	9	9	9	9	9	11	9	12
EB1 das Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros	10	10	9	9	9	9	8	7
EB1 de Ericeira	13	15	15	15	15	15	13	13
EB1 de Venda do Pinheiro	21	22	22	22	20	20	21	22
EB1 Dr. Sanches de Brito - Mafra	12	13	15	16	16	14	15	16
EB1 Hélia Correia, Mafra	16	18	19	23	21	18	19	17
EB1 Professor João Dias Agudo - Póvoa da Galega	9	9	10	10	10	11	11	11
EB1 S. Miguel - Enxara do Bispo	7	7	7	7	7	6	6	6
EB1 S. Miguel do Milharado	1	1	1	1	1	0	0	0
EB1 St. Estevão das Galés	6	6	6	6	6	6	5	5
Jardim de Infância	69	80	83	84	80	83	83	83
Jl Beatriz Costa - Charneca	1	1	1	1	1	0	0	0
Jl da Ericeira	7	9	10	10	8	9	9	8
Jl da Malveira	9	9	9	9	9	10	10	11
Jl das Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros	11	11	11	11	11	11	11	11
Jl de Mafra	8	9	9	9	8	8	8	12
Jl de Milharado	6	6	6	6	6	6	6	6
Jl de Venda do Pinheiro	5	8	9	9	9	9	8	9
Jl Dr. Sanches de Brito - Mafra	11	13	14	14	14	15	15	14
Jl Professor João Dias Agudo - Póvoa da Galega	5	8	9	9	8	9	10	11
Jl S. Miguel - Enxara do Bispo	2	2	2	3	3	3	3	4
Jl S. Miguel do Milharado	1	1	0	0	0	0	0	0
Jl St. Estevão das Galés	3	3	3	3	3	3	3	2
Total geral	173	190	196	202	194	193	190	197
EB1 + Jl da Malveira	18	18	18	18	18	21	19	23
EB1 + Jl das Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros	21	21	20	20	20	20	19	18
EB1 + Jl de Ericeira	20	24	25	25	23	24	22	21
EB1 + Jl Dr. Sanches de Brito - Mafra	23	26	29	30	30	29	30	30
EB1 + Jl Professor João Dias Agudo - Póvoa da Galega	14	17	19	19	18	20	21	22
EB1 + Jl S. Miguel - Enxara do Bispo	9	9	9	10	10	9	9	10
EB1 + Jl St. Estevão das Galés	9	9	9	9	9	9	8	7

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****PARECER**

Concordo.
A consideração do ~~delegado~~ Senhor
Presidente.

21.04.2017

[Handwritten signature]

O(A) Vereador(a),

concordo. Proponho que
o assunto seja objecto
de deliberações pelo órgão
executivo.

21.04.2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

[Handwritten signature]

Concordo com a proposta.
A considero bem.

21.04.2017

[Handwritten signature]

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

[Handwritten signature]

21.04.17

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/5834

ASSUNTO: Prolongamento de Horário: cobrança por atrasos na recolha de crianças

O serviço de prolongamento de horário decorre, no caso dos Jardins de Infância, em complementaridade com a componente letiva e, no caso das Escolas Básicas do 1.º Ciclo, em complementaridade com a realização das atividades de enriquecimento curricular e/ou com a componente letiva, conforme ponto n.º 2 do artigo 4.º do "Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra".

O horário de término das atividades letivas das crianças da educação pré-escolar é às 15h30m e dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico é às 17h30m.

Após os 15 minutos de tolerância, registam-se atrasos constantes, por parte de alguns encarregados de educação, na recolha dos seus educandos, causando



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

constrangimentos no normal funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino.

Face ao exposto, nos termos do artigo 14.º, com a epígrafe "Casos Omissos", do supramencionado *Regulamento Municipal*, o qual refere que "os casos omissos serão analisados e decididos pela Câmara Municipal", propõe-se a cobrança do serviço de Prolongamento de Horário, de 2,09€/dia no caso de alunos do 1.º ciclo do ensino básico e de 4,93€/dia no caso de crianças da educação pré-escolar, indexados, respetivamente, às comparticipações familiares.

Mafra, 12 de abril de 2017.

A Técnica Superior

(Patrícia Duarte)



23

79

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

PARECER

Concordo.
A consideração do ~~excmo~~ Senhor
Presidente
21.04.2017 *EB*

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que
o assunto seja objecto
de deliberação pelo órgão
executivo.
21.04.2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Maribel
Concordo com a proposta.
A consideração do Sr. Diretor.
21.04.2017 *Maribel*

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

21.04.17

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/5832

ASSUNTO: Comparticipações familiares da Componente de Apoio à Família - definição dos valores mensais para o ano letivo de 2017/2018

Os serviços da componente de apoio à família na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico integram:

- 1) O prolongamento de horário;
- 2) As atividades nas interrupções letivas.

As normas de funcionamento destes serviços encontram-se definidas no *Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra*.

A sua frequência depende do pagamento da respetiva comparticipação familiar cuja atualização é efetuada, anualmente, por deliberação da Câmara Municipal ou por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

Assim:

1) Prolongamento de Horário na Educação Pré-Escolar

As atividades de prolongamento de horário têm pendor lúdico, cultural e desportivo, incluem o fornecimento do lanche e decorrem, no caso dos jardins de infância, em complementaridade com a componente letiva, nomeadamente entre as 8h00 e as 9h00 e entre as 15h30 e as 19h00.

O valor mensal da comparticipação familiar é calculado em função do rendimento *per capita* do agregado familiar, conforme o n.º 1 do artigo 7.º do *Regulamento*.

A atualização da comparticipação familiar é efetuada, anualmente, com base no valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) à data do período de inscrições.

Uma vez calculado o rendimento *per capita* do agregado familiar, determina-se o escalão no qual se inclui, que definirá o valor da comparticipação familiar, previstos no Despacho conjunto n.º 300/97, de 7 de agosto, dos Ministérios da Educação e da Solidariedade e da Segurança Social, publicado no *Diário da República*, II série, de 9 de setembro.

Atualmente encontram-se em vigor as seguintes comparticipações familiares no prolongamento de horário da educação pré-escolar:

Escalão	Rendimentos				Prolongamento de horário		
	De	a	De	a	%	De	a
1.º	0%	30%	0,0 €	159,0 €	5%	0,0 €	8,0 €
2.º	30%	50%	159,0 €	265,0 €	10%	15,9 €	26,5 €
3.º	50%	70%	265,0 €	371,0 €	12,5%	33,1 €	46,4 €
4.º	70%	100%	371,0 €	530,0 €	15%	55,7 €	79,5 €
5.º	100%	112%	530,0 €	593,6 €	15%	79,5 €	89,0 €

Usufruem do serviço de prolongamento de horário, na educação pré-escolar, 726 crianças.

2) Prolongamento de Horário no 1.º Ciclo do Ensino Básico

As atividades de prolongamento de horário no 1.º ciclo do ensino básico decorrem em complementaridade com a realização das atividades de enriquecimento curricular e/ou com a componente letiva, nomeadamente entre as 8h00m e as 9h00m e as 17h30m e as 19h00m.

Conforme o n.º 2.1. do artigo 7.º do *Regulamento*, as atividades de prolongamento de horário, no 1.º ciclo do ensino básico, têm um valor fixo mensal, sendo a sua atualização efetuada com base nos índices de inflação previstos pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante doze meses contados de maio a abril, inclusive.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude**

Sempre que, da atualização da comparticipação familiar com base no índice apresentado anteriormente, o valor apurado fique aquém do custo do serviço, poderá a Câmara Municipal deliberar o valor da mesma, não podendo a mensalidade ser inferior ao custo do serviço, conforme o n.º 2.2. do artigo 7.º do *Regulamento*.

Atualmente, estas atividades apresentam um valor fixo mensal de 39,42€ e contam com 458 alunos inscritos.

3) Atividades nas Interrupções Letivas

As atividades realizadas nas interrupções letivas (Natal, Carnaval, Páscoa e verão) são subordinadas a temáticas semanais e decorrem entre as 8h00 e as 19h00, incluindo o fornecimento do almoço e dos dois lanches da manhã e da tarde.

São alvo de um pagamento fixo por semana de atividade, sendo a sua atualização efetuada com base nos índices de inflação previstos pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante doze meses contados de maio a abril, inclusive, conforme o n.º 1 do artigo 8.º do *Regulamento*.

Também neste caso, sempre que, da atualização da comparticipação familiar com base no índice apresentado anteriormente, o valor apurado fique aquém do custo do serviço, poderá a Câmara Municipal deliberar o valor da mesma, não podendo a mensalidade ser inferior ao custo do serviço, conforme o n.º 2 do artigo 8.º do *Regulamento*.

Atualmente, estas atividades apresentam um valor fixo semanal de 45,80€.

4) Propostas

Considerando que o Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro, atualiza o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) a partir de 1 de janeiro de 2017, para 557,00€, propõe-se a atualização da tabela de comparticipações familiares para o ano letivo de 2017/2018, no prolongamento de horário da educação pré-escolar, nos seguintes termos:

Escala	Rendimentos				Prolongamento de horário		
	De	a	De	a	%	De	a
1.º	0%	30%	0,0 €	167,1 €	5%	0,0 €	8,4 €
2.º	30%	50%	167,1 €	278,5 €	10%	16,7 €	27,9 €
3.º	50%	70%	278,5 €	389,9 €	12,5%	34,8 €	48,7 €
4.º	70%	100%	389,9 €	557,0 €	15%	58,5 €	83,6 €
5.º	100%	112%	557,0 €	623,8 €	15%	83,6 €	93,6 €

Relativamente à comparticipação familiar do prolongamento de horário do 1.º ciclo do ensino básico, propõe-se a atualização do valor atual para 39,69€, em virtude da *variação média*



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

do Índice de Preços no Consumidor dos últimos doze meses ter-se situado em 0,7%, conforme os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 10 de março de 2017, relativos a fevereiro de 2017, e considerando a manutenção da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, relativa às Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Para as atividades nas interrupções letivas, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, propõe-se a atualização do valor fixo semanal para 46,12€ em virtude da *variação média do Índice de Preços no Consumidor dos últimos doze meses ter-se situado em 0,7%, conforme os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 10 de março de 2017, relativos a fevereiro de 2017.*

Mafra, 12 de abril de 2017.

A Técnica Superior

(Patrícia Duarte)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Componente de Apoio à Família
Comparticipações Familiares - comparação entre os anos letivos 2006/2007 e 2017/2018

Informação Complementar

Pré-Escolar													
Serviço	Escalaões	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	Diferença entre 2017/2018 e 2016/2017
		RMM = 403€	RMM = 426€	RMM = 450€	RMM = 475€	RMM = 485€	RMM = 485€	RMM = 485€	RMM = 485€	RMM = 505€	RMM = 530€	RMM = 557€	RMM = 27€
Refeição	Escalaão 1	0€ a 12,1€	0€ a 12,8€	0€ a 13,5€	1,46 €	1,46 €	1,46 €	1,46 €	1,46 €	1,46 €	a definir pelo ME	a definir pelo ME	-
	Escalaão 2	15,1€ a 25,2€	16,0€ a 26,6€	16,9€ a 28,1€									-
	Escalaão 3	30,2€ a 42,3€	32,0€ a 44,7€	33,8€ a 47,3€									-
	Escalaão 4	42,3€ a 60,5€	44,7€ a 63,9€	47,3€ a 67,5€									-
	Escalaão 5	70,5€ a 79,0€	74,6€ a 83,5€	78,8€ a 88,2€									-
	Escalaão 6	-	-	-									-
Prolongamento de Horário	Escalaão 1	0€ a 6,0€	0€ a 6,4€	0€ a 6,8€	0€ a 7,1€	0€ a 7,3€	0€ a 7,3€	0€ a 7,3€	0€ a 7,3€	0€ a 7,6€	0€ a 8,0€	0€ a 8,4€	0€ a 0,4€
	Escalaão 2	12,1€ a 20,2€	12,8€ a 21,3€	13,5€ a 22,5€	14,3€ a 23,8€	14,6€ a 24,3€	14,6€ a 24,3€	14,6€ a 24,3€	14,6€ a 24,3€	15,2€ a 25,3€	15,9€ a 26,5€	16,7€ a 27,9€	0,8€ a 1,4€
	Escalaão 3	25,2€ a 35,3€	26,6€ a 37,3€	28,1€ a 39,4€	29,7€ a 41,6€	30,3€ a 42,4€	30,3€ a 42,4€	30,3€ a 42,4€	30,3€ a 42,4€	31,6€ a 44,2€	33,1€ a 46,4€	34,8€ a 48,7€	1,7€ a 2,3€
	Escalaão 4	42,3€ a 60,5€	44,7€ a 63,9€	47,3€ a 67,5€	49,9€ a 71,3€	50,9€ a 72,8€	50,9€ a 72,8€	50,9€ a 72,8€	50,9€ a 72,8€	53,0€ a 75,8€	55,7€ a 79,5€	58,5€ a 83,6€	2,8€ a 4,1€
	Escalaão 5	60,5€ a 67,7€	63,9€ a 71,6€	67,5€ a 75,6€	71,3€ a 79,8€	72,8€ a 81,5€	72,8€ a 81,5€	72,8€ a 81,5€	72,8€ a 81,5€	75,8€ a 84,8€	79,5€ a 89,0€	83,6€ a 93,6€	4,1€ a 4,6€
	Escalaão 6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades nas Interrupções letivas	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012 Inflação = 2,0%	2012/2013 Inflação = 3,6%	2013/2014 Inflação = 2,0%	2014/2015 Inflação = 0,2%	2015/2016 Inflação = -0,3%	2016/2017 Inflação = 0,6%	2017/2018 Inflação = 0,7%	Diferença entre 2017/2018 e 2016/2017
	36,0 €	40,0 €	41,0 €	43,0 €	43,0 €	43,86 €	45,44 €	45,44 €	45,53 €	45,53 €	45,80 €	46,12 €	0,32 €

1.º Ciclo do Ensino Básico													
Serviço	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012 Inflação = 2,0%	2012/2013 Inflação = 3,6%	2013/2014 Inflação = 2,0%	2014/2015 Inflação = 0,2%	2015/2016 Inflação = -0,3%	2016/2017 Inflação = 0,6%	2017/2018 Inflação = 0,7%	Diferença entre 2017/2018 e 2016/2017
Refeição (valor pago pelos pais)	1,38 €	1,42 €	1,46 €	1,46 €	1,46 €	1,46 €	1,46 €	1,46 €	1,46 €	1,46 €	a definir pelo ME	a definir pelo ME	
Prolongamento de Horário	30,0 €	35,0 €	36,0 €	37,0 €	37,0 €	37,74 €	39,10 €	39,10 €	39,18 €	39,18 €	39,42 €	39,69 €	0,28 €
Atividades nas Interrupções letivas	36,0 €	40,0 €	41,0 €	43,0 €	43,0 €	43,86 €	45,44 €	45,44 €	45,53 €	45,53 €	45,80 €	46,12 €	0,32 €

Refeições

O preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e as demais regras sobre o respetivo pagamento são fixados anualmente por membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses, conforme o n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, e o n.º 1 do artigo 6.º do *Regulamento*.

De acordo com o Despacho n.º 8452-A/2015, de 30 de julho, do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, publicado no *Diário da República*, II série, de 31 de julho, na sua atual redação, o preço unitário das refeições escolares é de 1,46€. Às crianças e alunos posicionados no escalão 1 do abono de família é concedida a gratuidade das refeições e às crianças/alunos posicionados no escalão 2 é reduzido o seu pagamento em 50%.

Usufruem do serviço de refeições escolares, 1.590 crianças da educação pré-escolar e 3.404 alunos do 1.º ciclo do ensino básico, perfazendo um total de 4.994 crianças e alunos inscritos.

10 de março de 2017

Índice de Preços no Consumidor

Fevereiro de 2017

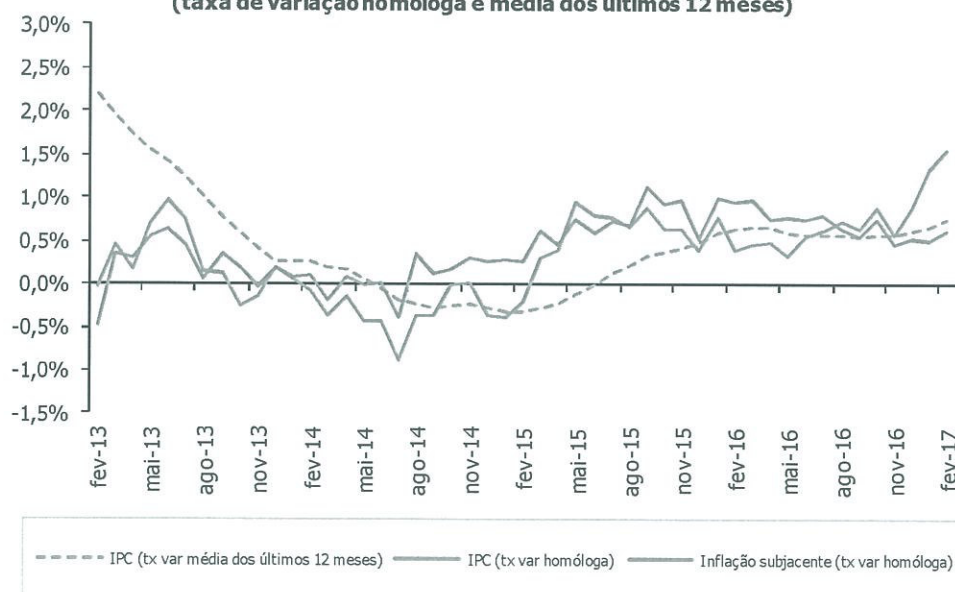
Taxa de variação homóloga do IPC situou-se em 1,6%

A variação homóloga do IPC passou de 1,3% em janeiro para 1,6% em fevereiro de 2017, devido em parte à aceleração dos preços da classe dos *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas*. O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 0,6%, taxa superior em 0,1 pontos percentuais (p.p.) à do mês anterior.

A variação mensal do IPC foi -0,2% (-0,6% no mês anterior e -0,4% em fevereiro de 2016). A variação média dos últimos doze meses registou uma taxa de 0,7%, taxa idêntica à registada no mês anterior.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma variação homóloga de 1,6%, valor superior em 0,3 p.p. ao verificado no mês anterior e inferior em 0,4 p.p. ao estimado pelo Eurostat para a área do Euro (em janeiro a taxa variação homóloga do IHPC português foi 0,5 p.p. inferior à do IHPC da área do Euro). O IHPC registou uma variação mensal de -0,2% (-0,7% no mês anterior e -0,5% em fevereiro de 2016) e a taxa de variação média dos últimos doze meses foi 0,8% (valor superior em 0,1 p.p. ao registado no mês anterior).

**Graf. 1 - Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente
(taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)**



centros de investigação públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, e organizações sindicais e profissionais, visando:

- a) Reforçar a capacitação institucional e humana, através da partilha de conhecimentos e boas práticas;
- b) Colaborar na conceção, programação e execução de planos de formação e informação de interesse para as partes;
- c) Desenvolver estudos e atividades de investigação em domínios de formação de interesse para a Administração Pública.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 29.º

Relatórios de gestão da formação

Até à disponibilização da plataforma digital prevista no presente decreto-lei, os relatórios de gestão da formação são enviados à entidade coordenadora em formato eletrónico, através de modelo próprio a disponibilizar pelo INA no respetivo sítio institucional da Internet.

Artigo 30.º

Reforço de qualificações

1 — No âmbito de realização do diagnóstico de necessidades de formação, devem os órgãos e serviços da Administração Pública identificar os trabalhadores com qualificações inferiores ao nível 5.

2 — No âmbito do Sistema Nacional de Qualificações, compete ao INA promover o acompanhamento dos trabalhadores mencionados no número anterior, garantindo a necessária articulação com a ANQEP, I. P., com vista à concretização dos respetivos planos formativos.

Artigo 31.º

Norma revogatória

1 — É revogado o Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de maio, e 174/2001, de 31 de maio.

2 — Todas as referências aos diplomas ou normas ora revogados entendem-se feitas para as correspondentes normas do presente decreto-lei.

Artigo 32.º

Produção de efeitos

1 — O disposto no n.º 1 do artigo anterior produz efeitos, no âmbito das administrações regionais e da administração local, na data de entrada em vigor da adaptação a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º

2 — O disposto no número anterior não prejudica a indicação e participação dos respetivos representantes no âmbito dos órgãos previstos nos artigos 26.º e 27.º, nem a possibilidade de ser adotado o modelo do relatório de gestão de formação a que se refere o artigo 13.º para efeitos de reporte da informação relativa à formação profissional desenvolvida.

3 — O regime fixado no presente decreto-lei não prejudica, no âmbito das entidades do subsector local, o disposto no Decreto-Lei n.º 193/2015, de 14 de setembro.

Artigo 33.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de dezembro de 2016. — *Augusto Ernesto Santos Silva* — *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques* — *Mário José Gomes de Freitas Centeno* — *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita* — *Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão* — *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Promulgado em 28 de dezembro de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República, MARCELO REBELO DE SOUSA.

Referendado em 28 de dezembro de 2016.

O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 86-B/2016

de 29 de dezembro

O Programa do XXI Governo Constitucional estipula o compromisso, no ponto «aumentar o rendimento disponível das famílias para relançar economia», de definir uma política de rendimentos numa perspectiva de trabalho digno e, em particular, garantir a revalorização da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), garantindo aos trabalhadores uma valorização progressiva do seu trabalho, conciliando o objetivo de reforço da coesão social com o da sustentabilidade da política salarial.

A valorização da RMMG é um instrumento com potencial na melhoria das condições de vida e coesão e na promoção da sustentabilidade do crescimento económico constituindo um importante referencial do mercado de emprego, quer na perspectiva do trabalho digno e da coesão social, quer da competitividade e sustentabilidade das empresas. O montante da RMMG e a subsistência de importantes bolsas de trabalhadores em situação de pobreza justificam o desígnio nacional de realizar um esforço extraordinário e concertado para a elevação da RMMG, durante um período limitado, para patamares que promovam uma maior modernização económica e social e uma efetiva redução das desigualdades.

O Decreto-Lei n.º 144/2014, de 30 de setembro, fixou em € 505 o valor da RMMG, com efeitos entre 1 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2015.

Na prossecução de uma política de reforço e maior centralidade da concertação social, na definição de uma política de rendimentos numa perspectiva de trabalho digno e, em particular, na garantia da revalorização do RMMG, o Governo propôs, em dezembro de 2015, aos Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) do Conselho Económico e Social, a subida do RMMG de € 505 para € 530, tendo sido cele-

brado um acordo tripartido entre o Governo e os Parceiros Sociais com assento na CPCS, que permitiu fixar o valor da RMMG em € 530, com efeitos a 1 de janeiro de 2016.

No cumprimento do disposto no primeiro ponto do acordo tripartido relativo à aplicação da RMMG em 2016, foram apresentados pelo Governo e discutidos em CPCS relatórios trimestrais de acompanhamento do referido acordo.

Em dezembro de 2016 foi celebrado acordo tripartido entre o Governo e os Parceiros Sociais com assento na CPCS, que fixou a RMMG em € 557 a partir de 1 de janeiro de 2017.

Tendo em conta as tabelas remuneratórias dos trabalhadores que exercem funções ao abrigo de vínculo de emprego público e os montantes pecuniários dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única que fixam a sua remuneração base, assegura-se, ainda, que nenhum trabalhador da Administração Pública auferir remuneração base inferior ao valor atualizado da RMMG.

Foram ouvidos todos os Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto-lei atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 1 de janeiro de 2017.

Artigo 2.º

Valor da retribuição mínima mensal garantida

O valor da retribuição mínima mensal garantida a que se refere o n.º 1 do artigo 273.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, é de € 557.

Artigo 3.º

Remuneração dos trabalhadores com vínculo de emprego público

1 — O montante pecuniário do 2.º nível remuneratório da tabela remuneratória única (TRU), aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, corresponde ao da retribuição mínima mensal garantida.

2 — Os trabalhadores com vínculo de emprego público cujo nível remuneratório automaticamente criado se situe entre o primeiro e segundo e entre o segundo e terceiro níveis remuneratórios da TRU a que corresponda uma remuneração base fixada em valor inferior ao da retribuição mínima mensal garantida auferem o valor estabelecido no artigo anterior.

Artigo 4.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2017.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2016. — *António Luís Santos da Costa* — *Mário José Gomes de Freitas Centeno* — *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Promulgado em 28 de dezembro de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República, *MARCELO REBELO DE SOUSA*.

Referendado em 28 de dezembro de 2016.

O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

ECONOMIA

Decreto-Lei n.º 86-C/2016

de 29 de dezembro

No âmbito do Programa do XXI Governo Constitucional assume-se que o estímulo à criatividade e à inovação em todos os domínios é essencial para potenciar a resposta com sucesso aos desafios sociais, económicos e ambientais.

Neste contexto, o apoio à transição para uma economia circular, em que se pretende prolongar a utilidade e valor dos recursos, reduzindo a necessidade de extração de matérias-primas e a geração de resíduos, permite tornar a economia mais eficiente e produtiva no uso de recursos disponíveis e, por isso, mais competitiva.

A redução do consumo de matérias-primas por via da eficiência — material, energética — traduzir-se-á num aumento do valor disponível para o investimento, criação de emprego e expansão da produção, contribuindo ainda para a preservação de capital e serviços ambientais.

Acelerar esta transição exige ações concertadas junto do sistema empresarial, assentes numa componente de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação, que permita captar e disseminar as vantagens económicas e ambientais associadas.

Deste modo, a retoma e o reforço do investimento em I&D e na Inovação neste domínio assume-se como prioridade crítica na estratégia de crescimento do produto potencial da economia portuguesa, justificando-se deste modo um novo impulso das políticas públicas associadas.

A par dos investimentos em I&D, o reforço da articulação entre as instituições do sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial assumem particular importância, sendo reconhecido o papel que os centros de interface tecnológica (CIT) têm nesta articulação, pelo seu posicionamento junto das empresas, apoiando a sua capacitação tecnológica e de conhecimento em diversas áreas, incluindo processos de certificação, melhoria da qualidade, melhoria de eficiência na produção, apoio a atividades de inovação e novos modelos de negócio, avaliação de ciclo de vida e conceção ecológica, acesso a tecnologias em desenvolvimento e formação de recursos humanos.

Existe, pois, a necessidade de, a par de um esforço renovado de aumento da qualificação dos recursos humanos em Portugal, promover a inovação do tecido económico

N.º de Inscritos por Estabelecimento de Ensino - REFEIÇÃO

84

Escalão		Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
EB1		3341	3359	3372	3379	3378	3392	3400	3404
	Escalão Seg. Social: 1	591	593	596	596	600	626	641	651
	Escalão Seg. Social: 2	532	537	537	539	539	546	562	565
	Escalão Seg. Social: 9	2219	2229	2239	2244	2239	2220	2197	2188
EB1	Artur Patrocínio - Azeiteira	110	111	111	111	111	111	113	113
	Escalão Seg. Social: 1	18	18	18	18	18	18	19	19
	Escalão Seg. Social: 2	25	25	25	25	25	25	25	26
	Escalão Seg. Social: 9	67	68	68	68	68	68	69	68
EB1	da Freguesia da Carvoeira	134	136	136	134	136	136	135	135
	Escalão Seg. Social: 1	17	17	17	17	18	20	20	20
	Escalão Seg. Social: 2	15	16	16	16	16	18	19	19
	Escalão Seg. Social: 9	102	103	103	101	102	98	96	96
EB1	da Freguesia de Santo Isidoro	178	179	179	179	179	180	183	185
	Escalão Seg. Social: 1	35	35	35	35	36	37	38	39
	Escalão Seg. Social: 2	38	38	38	38	38	39	40	43
	Escalão Seg. Social: 9	105	106	106	106	105	104	105	103
EB1	da Malveira	208	211	211	214	211	212	212	213
	Escalão Seg. Social: 1	39	40	40	40	40	40	42	42
	Escalão Seg. Social: 2	27	27	27	27	27	28	28	29
	Escalão Seg. Social: 9	142	144	144	147	144	144	142	142
EB1	das Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros	164	164	165	165	165	171	173	174
	Escalão Seg. Social: 1	27	27	28	28	28	29	28	30
	Escalão Seg. Social: 2	33	33	33	33	33	35	36	36
	Escalão Seg. Social: 9	104	104	104	104	104	107	109	108
EB1	de Encarnação	191	191	194	194	195	194	198	198
	Escalão Seg. Social: 1	49	49	49	49	50	50	52	51
	Escalão Seg. Social: 2	43	43	43	43	43	43	45	45
	Escalão Seg. Social: 9	99	99	102	102	102	101	101	102
EB1	de Ericeira	456	458	459	459	461	458	456	459
	Escalão Seg. Social: 1	89	89	89	89	89	93	96	100
	Escalão Seg. Social: 2	63	63	63	62	61	62	63	62
	Escalão Seg. Social: 9	304	306	307	308	311	303	297	297
EB1	de Sobral de Abelheira	15	16	16	16	16	17	20	20
	Escalão Seg. Social: 1	7	7	7	7	7	9	12	12
	Escalão Seg. Social: 2	1	1	1	1	2	2	3	3
	Escalão Seg. Social: 9	7	8	8	8	7	6	5	5
EB1	de Venda do Pinheiro	415	417	418	419	419	418	416	414
	Escalão Seg. Social: 1	51	51	51	51	51	52	51	52
	Escalão Seg. Social: 2	53	55	55	55	55	55	57	56
	Escalão Seg. Social: 9	311	311	312	313	313	311	308	306
EB1	Dr. Sanches de Brito - Mafra	319	319	322	323	323	324	322	322
	Escalão Seg. Social: 1	45	45	45	45	46	49	50	51
	Escalão Seg. Social: 2	51	51	51	51	50	49	49	50
	Escalão Seg. Social: 9	223	223	226	227	227	226	223	221
EB1	Hélia Correia, Mafra	462	462	464	467	464	467	466	463
	Escalão Seg. Social: 1	91	92	93	93	93	100	100	101
	Escalão Seg. Social: 2	57	57	57	59	59	59	62	61
	Escalão Seg. Social: 9	314	313	314	315	312	308	304	301
EB1	Professor João Dias Agudo - Póvoa da Galeja	134	134	136	136	136	136	137	139
	Escalão Seg. Social: 1	21	21	22	22	22	22	24	24
	Escalão Seg. Social: 2	27	27	27	27	27	27	27	28
	Escalão Seg. Social: 9	86	86	87	87	87	87	86	87
EB1	S. Miguel - Enxara do Bispo	81	85	85	86	86	86	86	86
	Escalão Seg. Social: 1	20	20	20	20	20	20	21	21
	Escalão Seg. Social: 2	14	15	15	16	16	16	17	17
	Escalão Seg. Social: 9	47	50	50	50	50	50	48	48
EB1	S. Miguel de Alcaíça	133	134	134	133	132	134	134	134
	Escalão Seg. Social: 1	17	17	17	17	17	18	19	20
	Escalão Seg. Social: 2	17	18	18	18	18	19	21	20
	Escalão Seg. Social: 9	99	99	99	98	97	97	94	94

Escalão		Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
EB1 S. Miguel do Milharado		209	210	210	210	209	211	212	212
Escalão Seg. Social: 1		42	42	42	42	42	45	45	45
Escalão Seg. Social: 2		48	48	48	48	49	49	50	50
Escalão Seg. Social: 9		119	120	120	120	118	117	117	117
EB1 S. Silvestre do Gradil		55	55	55	56	56	57	57	57
Escalão Seg. Social: 1		10	10	10	10	10	11	11	11
Escalão Seg. Social: 2		8	8	8	8	8	8	8	8
Escalão Seg. Social: 9		37	37	37	38	38	38	38	38
EB1 St. Estevão das Galés		77	77	77	77	79	80	80	80
Escalão Seg. Social: 1		13	13	13	13	13	13	13	13
Escalão Seg. Social: 2		12	12	12	12	12	12	12	12
Escalão Seg. Social: 9		52	52	52	52	54	55	55	55
Jardim da Infância		1498	1546	1566	1567	1559	1568	1582	1590
Escalão Seg. Social: 1		227	237	239	239	242	259	260	264
Escalão Seg. Social: 2		228	237	242	243	244	248	256	259
Escalão Seg. Social: 9		1043	1072	1085	1085	1073	1061	1066	1067
JI Beatriz Costa - Charneca		84	86	87	87	86	91	92	92
Escalão Seg. Social: 1		6	6	6	6	6	8	7	7
Escalão Seg. Social: 2		7	8	8	8	8	8	8	8
Escalão Seg. Social: 9		71	72	73	73	72	75	77	77
JI Artur Patrocínio - Azueira		63	73	74	74	74	75	76	76
Escalão Seg. Social: 1		10	13	13	13	13	13	13	13
Escalão Seg. Social: 2		6	9	10	10	12	12	13	14
Escalão Seg. Social: 9		47	51	51	51	49	50	50	49
JI Azenhas dos Tanoeiros		24	25	25	25	25	25	25	25
Escalão Seg. Social: 1		3	3	3	3	3	3	3	3
Escalão Seg. Social: 2		6	6	6	6	6	6	6	6
Escalão Seg. Social: 9		15	16	16	16	16	16	16	16
JI da Ericeira		121	125	130	131	130	133	136	131
Escalão Seg. Social: 1		21	21	21	22	22	25	26	25
Escalão Seg. Social: 2		18	18	18	18	18	19	18	18
Escalão Seg. Social: 9		82	86	91	91	90	89	92	88
JI da Freguesia da Carvoeira		66	68	70	69	66	67	69	69
Escalão Seg. Social: 1		6	8	8	8	7	8	10	10
Escalão Seg. Social: 2		13	13	13	13	12	14	14	14
Escalão Seg. Social: 9		47	47	49	48	47	45	45	45
JI da Freguesia de Santo Isidoro		52	52	52	53	52	50	49	49
Escalão Seg. Social: 1		14	14	14	14	14	13	12	12
Escalão Seg. Social: 2		11	11	11	12	11	11	10	10
Escalão Seg. Social: 9		27	27	27	27	27	26	27	27
JI da Malveira		80	85	88	88	89	89	91	91
Escalão Seg. Social: 1		22	22	23	23	24	24	24	24
Escalão Seg. Social: 2		11	13	14	14	14	14	16	15
Escalão Seg. Social: 9		47	50	51	51	51	51	51	52
JI das Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros		117	118	118	118	118	114	115	115
Escalão Seg. Social: 1		17	18	18	18	18	18	18	18
Escalão Seg. Social: 2		15	15	15	15	15	15	16	16
Escalão Seg. Social: 9		85	85	85	85	85	81	81	81
JI de Barreiralva		16	17	18	18	18	21	21	22
Escalão Seg. Social: 1		2	2	2	2	2	3	3	4
Escalão Seg. Social: 2		4	4	4	4	4	5	5	5
Escalão Seg. Social: 9		10	11	12	12	12	13	13	13
JI de Barril		32	32	32	32	32	33	33	34
Escalão Seg. Social: 1		8	8	8	8	8	8	8	8
Escalão Seg. Social: 2		9	9	9	9	9	8	8	8
Escalão Seg. Social: 9		15	15	15	15	15	17	17	18
JI de Encarnação		46	46	46	46	44	45	44	46
Escalão Seg. Social: 1		4	4	4	4	3	3	3	3
Escalão Seg. Social: 2		13	13	13	13	13	14	14	15
Escalão Seg. Social: 9		29	29	29	29	28	28	27	28
JI de Gradil		24	26	26	26	26	26	26	26
Escalão Seg. Social: 1		4	5	5	5	5	5	5	5
Escalão Seg. Social: 2		3	3	3	3	3	3	3	3

Escalão	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Escalão Seg. Social: 9	17	18	18	18	18	18	18	18
JI de Mafra	92	93	93	93	93	94	95	95
Escalão Seg. Social: 1	26	26	26	26	27	28	30	30
Escalão Seg. Social: 2	8	8	8	8	8	8	9	9
Escalão Seg. Social: 9	58	59	59	59	58	58	56	56
JI de Milharado	58	59	59	59	59	62	61	60
Escalão Seg. Social: 1	6	6	6	6	6	8	7	7
Escalão Seg. Social: 2	5	5	5	5	5	6	7	6
Escalão Seg. Social: 9	47	48	48	48	48	48	47	47
JI de Quintal (Mafra)	38	38	38	38	40	41	41	41
Escalão Seg. Social: 1	5	5	5	5	5	5	5	6
Escalão Seg. Social: 2	5	5	5	5	5	5	5	6
Escalão Seg. Social: 9	28	28	28	28	30	31	31	29
JI de Ribamar	32	33	33	33	33	32	32	33
Escalão Seg. Social: 1	6	6	6	6	6	6	6	6
Escalão Seg. Social: 2	5	5	5	5	5	5	5	5
Escalão Seg. Social: 9	21	22	22	22	22	21	21	22
JI de Stº Isidoro	19	21	21	19	20	19	18	19
Escalão Seg. Social: 1	1	1	1	0	1	0	0	0
Escalão Seg. Social: 2	6	6	6	5	5	4	4	4
Escalão Seg. Social: 9	12	14	14	14	14	15	14	15
JI de Venda do Pinheiro	94	96	96	97	96	96	97	97
Escalão Seg. Social: 1	8	8	8	8	8	9	9	9
Escalão Seg. Social: 2	17	17	17	17	17	17	18	19
Escalão Seg. Social: 9	69	71	71	72	71	70	70	69
JI do Sobral da Abelheira	7	7	7	7	7	8	10	12
Escalão Seg. Social: 1	3	3	3	3	3	3	3	3
Escalão Seg. Social: 2	1	1	1	1	1	1	2	2
Escalão Seg. Social: 9	3	3	3	3	3	4	5	7
JI Dr. Sanches de Brito - Mafra	130	133	138	139	135	133	134	134
Escalão Seg. Social: 1	16	16	17	17	16	19	20	20
Escalão Seg. Social: 2	16	17	19	20	21	21	21	21
Escalão Seg. Social: 9	98	100	102	102	98	93	93	93
JI Professor João Dias Agudo - Póvoa da Galega	86	88	89	89	88	86	88	89
Escalão Seg. Social: 1	12	12	12	12	12	12	12	12
Escalão Seg. Social: 2	12	12	12	12	12	13	15	15
Escalão Seg. Social: 9	62	64	65	65	64	61	61	62
JI S. Miguel - Enxara do Bispo	52	56	57	57	58	60	59	60
Escalão Seg. Social: 1	8	10	10	10	11	11	10	10
Escalão Seg. Social: 2	9	9	10	10	10	10	10	10
Escalão Seg. Social: 9	35	37	37	37	37	39	39	40
JI S. Miguel de Alcaíça	52	53	53	53	53	50	50	50
Escalão Seg. Social: 1	4	5	5	5	5	5	5	5
Escalão Seg. Social: 2	9	9	9	9	9	9	9	9
Escalão Seg. Social: 9	39	39	39	39	39	36	36	36
JI S. Miguel do Milharado	74	77	77	77	77	77	79	82
Escalão Seg. Social: 1	14	14	14	14	14	18	19	22
Escalão Seg. Social: 2	11	13	13	13	13	12	12	13
Escalão Seg. Social: 9	49	50	50	50	50	47	48	47
JI St. Estevão das Galés	39	39	39	39	40	41	41	42
Escalão Seg. Social: 1	1	1	1	1	3	4	2	2
Escalão Seg. Social: 2	8	8	8	8	8	8	8	8
Escalão Seg. Social: 9	30	30	30	30	29	29	31	32
Total geral	4.839	4.905	4.938	4.946	4.937	4.960	4.982	4.994
Escalão Seg. Social: 1	818	830	835	835	842	885	901	915
Escalão Seg. Social: 2	760	774	779	782	783	794	818	824
Escalão Seg. Social: 9	3261	3301	3324	3329	3312	3281	3263	3255

Nº de Inscritos por Estabelecimento de Ensino - PROLONGAMENTO DE HORÁRIO

86

Escalão	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
EB1	477	498	514	511	500	488	465	458
EB1 Artur Patrocínio - Azueira	17	17	17	17	15	15	15	15
EB1 da Freguesia da Carvoeira	20	22	23	21	20	20	19	16
EB1 da Freguesia de Santo Isidoro	12	12	12	11	11	11	11	11
EB1 da Malveira	28	30	31	31	31	32	30	30
EB1 das Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros	36	36	36	37	37	35	36	34
EB1 de Encarnação	6	6	6	7	6	6	4	4
EB1 de Ericeira	80	88	90	92	91	82	76	72
EB1 de Venda do Pinheiro	66	69	74	72	69	68	64	60
EB1 Dr. Sanches de Brito - Mafra	42	42	43	41	40	39	39	44
EB1 Hélia Correia, Mafra	63	66	67	67	65	65	59	60
EB1 Professor João Dias Agudo - Póvoa da Galega	33	34	37	37	37	37	35	37
EB1 S. Miguel - Enxara do Bispo	4	5	5	5	5	5	5	4
EB1 S. Miguel de Alcaíça	33	34	34	35	34	35	34	35
EB1 S. Miguel do Milharado	25	25	25	24	25	24	24	22
EB1 St. Estevão das Galés	12	12	14	14	14	14	14	14
Jardim de Infância	593	600	708	711	698	714	723	726
Jl Beatriz Costa - Charneca	39	41	41	41	42	48	51	48
Outros Escalões: 1	0	0	0	0	0	3	3	3
Outros Escalões: 2	2	2	2	2	2	3	3	3
Outros Escalões: 3	6	6	6	6	6	6	7	6
Outros Escalões: 4	9	10	10	10	10	11	12	12
Outros Escalões: 5	22	23	23	23	24	25	26	24
Jl Artur Patrocínio - Azueira	27	33	34	35	34	34	34	34
Outros Escalões: 1	1	2	2	2	2	2	2	2
Outros Escalões: 2	7	10	10	10	10	10	10	10
Outros Escalões: 3	4	4	4	4	4	4	4	4
Outros Escalões: 4	5	6	7	8	8	8	8	9
Outros Escalões: 5	10	11	11	11	10	10	10	9
Jl Azenhas dos Tanoeiros	3	4	4	4	4	3	3	3
Outros Escalões: 1	1	2	2	2	2	1	1	1
Outros Escalões: 3	2	2	2	2	2	2	2	2
Jl da Ericeira	49	60	63	63	64	66	67	66
Outros Escalões: 1	2	2	2	2	2	3	3	3
Outros Escalões: 2	5	5	5	5	5	9	10	10
Outros Escalões: 3	6	6	6	6	6	8	8	7
Outros Escalões: 4	5	8	8	9	9	7	7	7
Outros Escalões: 5	31	39	42	41	42	39	39	39
Jl da Freguesia da Carvoeira	24	31	31	30	29	30	29	29
Outros Escalões: 1	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Escalões: 2	6	6	6	6	6	7	7	7
Outros Escalões: 3	2	4	4	4	3	4	3	4
Outros Escalões: 4	2	4	4	4	4	5	5	5
Outros Escalões: 5	13	16	16	15	15	13	13	12
Jl da Freguesia de Santo Isidoro	13	17	17	18	18	19	19	20
Outros Escalões: 1	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Escalões: 2	1	2	2	2	2	2	2	3
Outros Escalões: 3	2	2	2	2	2	3	3	4
Outros Escalões: 4	2	4	4	4	4	4	4	3
Outros Escalões: 5	7	8	8	9	9	9	9	9
Jl da Malveira	39	46	48	49	48	48	48	50
Outros Escalões: 1	4	4	4	4	4	6	6	6
Outros Escalões: 2	8	10	11	11	11	11	11	12
Outros Escalões: 3	6	10	10	10	9	9	9	9
Outros Escalões: 4	6	6	7	7	7	5	5	6
Outros Escalões: 5	15	16	16	17	17	17	17	17
Jl das Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros	57	61	63	63	61	60	63	64
Outros Escalões: 1	2	2	2	2	2	2	2	2
Outros Escalões: 2	7	8	8	8	8	8	9	9
Outros Escalões: 3	4	5	6	6	6	6	7	6

Escalão	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Outros Escalões: 4	11	13	13	13	13	13	14	15
Outros Escalões: 5	33	33	34	34	32	31	31	32
JI de Barreiraiva	4	5	7	7	7	8	8	8
Outros Escalões: 2	0	1	1	1	1	1	1	1
Outros Escalões: 3	2	2	3	3	3	3	3	3
Outros Escalões: 4	1	1	1	1	1	2	2	2
Outros Escalões: 5	1	1	2	2	2	2	2	2
JI de Barril	0	0	0	0	0	0	1	1
Outros Escalões: 5	0	0	0	0	0	0	1	1
JI de Encarnação	4	6	6	6	6	6	6	5
Outros Escalões: 1	0	0	0	0	0	1	1	1
Outros Escalões: 2	1	3	3	3	3	3	3	3
Outros Escalões: 3	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Escalões: 5	2	2	2	2	2	1	1	0
JI de Mafra	41	46	48	48	47	47	48	50
Outros Escalões: 1	5	5	6	6	6	6	7	7
Outros Escalões: 2	6	8	8	8	8	8	8	9
Outros Escalões: 3	6	6	6	6	6	6	7	7
Outros Escalões: 4	6	7	7	7	7	7	6	7
Outros Escalões: 5	18	20	21	21	20	20	20	20
JI de Milharado	21	28	28	29	29	30	30	30
Outros Escalões: 1	2	2	2	2	2	2	2	2
Outros Escalões: 2	2	4	4	4	4	5	5	5
Outros Escalões: 3	1	2	2	2	2	3	3	3
Outros Escalões: 4	2	4	4	4	4	4	4	4
Outros Escalões: 5	14	16	16	17	17	16	16	16
JI de Quintal (Mafra)	21	22	22	23	23	24	24	25
Outros Escalões: 1	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Escalões: 2	4	4	4	4	4	4	4	4
Outros Escalões: 3	3	3	3	3	3	3	3	3
Outros Escalões: 4	2	2	2	2	2	2	2	3
Outros Escalões: 5	11	12	12	13	13	14	14	14
JI de Ribamar	19	20	21	21	21	20	20	21
Outros Escalões: 1	3	3	3	3	3	2	2	2
Outros Escalões: 2	0	1	2	2	2	2	3	3
Outros Escalões: 3	6	6	6	6	6	6	6	7
Outros Escalões: 5	10	10	10	10	10	10	9	9
JI de Stº Isidoro	8	9	9	9	9	7	7	7
Outros Escalões: 2	2	2	2	2	2	2	2	2
Outros Escalões: 3	2	3	3	3	3	2	2	2
Outros Escalões: 4	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Escalões: 5	3	3	3	3	3	2	2	2
JI de Venda do Pinheiro	55	63	64	65	65	68	67	67
Outros Escalões: 1	2	2	2	2	2	4	4	4
Outros Escalões: 2	5	8	8	8	8	8	8	8
Outros Escalões: 3	11	11	11	11	11	12	13	13
Outros Escalões: 4	6	7	7	7	7	8	7	7
Outros Escalões: 5	31	35	36	37	37	36	35	35
JI Dr. Sanches de Brito - Mafra	58	66	67	66	62	66	69	69
Outros Escalões: 1	4	5	5	5	5	8	8	9
Outros Escalões: 2	2	2	2	2	2	3	5	5
Outros Escalões: 3	4	6	6	6	6	7	8	8
Outros Escalões: 4	11	13	12	11	11	11	11	11
Outros Escalões: 5	37	40	42	42	38	37	37	36
JI Professor João Dias Agudo - Póvoa da Galega	41	49	51	51	49	49	47	48
Outros Escalões: 1	1	1	1	1	1	1	1	2
Outros Escalões: 2	3	3	3	3	3	3	3	3
Outros Escalões: 3	4	6	6	6	6	8	7	7
Outros Escalões: 4	9	10	10	10	10	11	10	10
Outros Escalões: 5	24	29	31	31	29	26	26	26
JI S. Miguel - Enxara do Bispo	10	14	15	15	15	17	18	17
Outros Escalões: 1	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Escalões: 2	2	3	4	4	4	5	5	5
Outros Escalões: 3	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Escalões: 4	1	2	2	2	2	2	3	3

Escalão	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Outros Escalões: 5	5	7	7	7	7	8	8	7
II S. Miguel de Alcainça	29	31	31	30	29	29	30	30
Outros Escalões: 1	2	2	2	2	2	2	1	1
Outros Escalões: 2	3	3	3	3	3	3	3	3
Outros Escalões: 3	3	4	4	4	4	4	4	4
Outros Escalões: 4	6	6	6	6	6	6	6	6
Outros Escalões: 5	15	16	16	15	14	14	16	16
II S. Miguel do Milharado	14	21	21	21	20	19	20	20
Outros Escalões: 1	0	0	0	0	0	0	1	1
Outros Escalões: 2	3	3	3	3	2	2	2	2
Outros Escalões: 3	2	4	4	4	4	4	4	4
Outros Escalões: 4	2	5	5	5	5	5	5	5
Outros Escalões: 5	7	9	9	9	9	8	8	8
II St. Estevão das Galés	17	17	17	17	16	16	15	15
Outros Escalões: 1	2	2	2	2	2	2	1	1
Outros Escalões: 2	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Escalões: 3	7	7	7	7	7	7	7	7
Outros Escalões: 5	7	7	7	7	6	6	6	6
Total geral								
Outros Escalões: 1	35	38	39	39	39	49	49	51
Outros Escalões: 2	70	89	92	92	91	100	105	108
Outros Escalões: 3	85	101	103	103	101	109	112	112
Outros Escalões: 4	87	109	110	111	111	112	112	116
Outros Escalões: 5	316	353	364	366	356	344	346	340
Total geral (II+EB1)	1.070	1.188	1.222	1.222	1.198	1.202	1.188	1.184